CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 1767/80 - DREB - 3530/79

INTERESSAR: ESCOLA DE 2º GRAU DO COLÉGIO "SALESIANO DOU HENRIQUE",

ASSUNTO: Solicita convalidação dos atos escolares praticados no curso de Técnico em Secretariado, em nível de 2º grau, no período de 1970 a 1976.

RELATOR: Cons. Pe. LIONEL CORBEIL

PARECER CEE Nº 1680/80- CEEG - Aprovado em 29-10-1980

I - RELATÓRIO

1. HISTÓRICO

1.1. A missão Salesiana de "Mato Grosso", situada à rua Barão do Rio Branco, nº 1885, na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso, entidade mantenedora da Escola de 2º Grau do Colégio "Salesiano Dom Henrique", de Lins, requereu, em 07 de novembro de 1979, a convalidação dos atos escolares na Habilitação Profissional de Técnico em Secretariado, no período de 1970 a 1976, quando funcionou sem ato específico de autorização.

1.2. O atual "Colégio Salesiano Dom Henrique", de Lins, está localizado à rua Dom Bosco, nº 265, em Lins, Estado de São Paulo e foi fundado em 1929, sob o nome de Colégio "São Luíz".

1.3. O mencionado estabelecimento teve várias denominações, todas oficialmente autorizadas. Pelo Despacho Ministerial de nº 16.325, passou a denominar-se Escola Técnica de Comércio "Salesiano Dom Henrique" (fls.14), denominação essa alterada para a de Escola de 2º Grau do Colégio "Salesiano Dom Henrique", por Portaria CEI de 30-12-77, publicada no D.O. de 31-12-77 (fls.33).

1.4. Além de várias autorizações de funcionamento, como o do Ginásio - 1937 e do Colégio - 1942, o referido estabelecimento, Colégio "Salesiano Dom Henrique", foi reconhecido como de 2º ciclo, pela Portaria MEC nº 6 de 9-8-1971 (fls. 33).

1.5. O funcionamento do curso Técnico em Secretariado foi solicitado ao Inspetor Seccional do Ensino Comercial do Noroeste do Estado de São Paulo, em ...de agosto de 1969 (fls. 111) e foi autorizado a funcionar em 5-1-1970, pela Diretoria do Ensino Comercial - Bauru (fls. 112).

1.6. O Plano de Organização Didática e Administrativa do Ensino de 2º Grau foi aprovado (D.O. 26-11-1974) "com as seguintes habilitações profissionais.

Técnico: a) Assistente de Administração; b) Contabilidade; c) Secretariado (fls.27)"

1.7. O Regimento Escolar foi aprovado pela Portaria DRE/B de 14-11-1978 e a nova autorização para funcionamento da Habilitação Profissional em nível de 2º grau de Técnico em Secretariado foi concedida pela Portaria CEI de 21-10-79 (fls.29).

1.8. As autoridades de ensino que se manifestaram nos autos concluíram pela convalidação dos atos escolares, dada a regularidade dos mesmos (fls. 103).

2. APRECIÇÃO

2.1. Consideramos que os atos escolares praticados, de 1970 a 1976, no curso (habilitação) Técnico em Secretariado, da então Escola Técnica de Comércio "Salesiano D. Henrique", hoje Escola de 2º Grau do Colégio "Salesiano Dom Henrique", de Lins, foram regulares.

2.2. Pois o Parecer CEE nº 1554/80, de, autoria da nobre Conselheira Maria Aparecida Tamasso Gancia, aprovada em 8-10-80, vem esclarecer, felizmente, inúmeros casos semelhantes a este. Após enumerar e comentar "as normas que orientaram a adequação às novas exigências da reforma do ensino de 1º e 2º graus, imposta por essa Lei," (nº 5692/71), o citado parecer estabelece, as seguintes normas:

1. que as escolas, legalmente autorizadas a manter o segundo ciclo de nível médio, mesmo a título precário, antes da vigência da Lei 5692/71 e que tiverem seus PGEs homologados pela Secretaria de Estado da Educação, têm seus cursos e habilitações, desde que listados no documento de homologação, em situação inteiramente regular quanto ao funcionamento, independentemente de outras providências)
2. as escolas que não tinham autorizado o 2º ciclo de nível médio anteriormente à Lei 5692/71, estão em situação irregular, quanto ao funcionamento de suas habilitações se não obtiveram autorização de funcionamento nos termos das Resoluções 23/65 e 13/67 aliadas ao disposto no antigo 2º da Deliberação 14/72, ou, posteriormente, pela Deliberação nº 18/78;
3. as atuais Escolas do 1º grau, tanto as autorizadas anteriormente à Lei 5692/71, como as que iniciaram seu funcionamento posteriormente a essa Lei, até a vigência da Deliberação CEE 18/78, são consideradas também como de funcionamento regular, desde que tenham tido seus PGEs homologados, nos termos do Comunicado CEBN de 14-10-75.

2.3. À luz destas conclusões gerais, comprovamos nossa afirmação constante do item 2.1., sobre a regularidade dos atos praticados:

- a) a escola em questão foi legalmente autorizada a manter, em 5-1-70, o Curso Técnico de Secretariado e em 9-8-71 o segundo ciclo de nível médio. Portanto, antes da vigência da Lei 5692/71 (fls.33).
- b) teve seu PGE homologado pela Secretaria de Estado da Educação, aprovado no D.O. de 26-11-1974, com a habilitação de Técnico em Secretariado (fls. 27).

Assim, de acordo com a norma citada no item 1 do Parecer CEE nº 1554/80, acima mencionado, o curso de Técnico em Secretariado ministrado no referido colégio de 1970 a 1976, está em situação inteiramente regular.

II - CONCLUSÃO

À vista do exposto, conclui-se pela regularidade do Curso (Habilitação) da Técnico em Secretariab ministrado no período de 1970 a 1976 na então Escola Técnica de Comércio "Salesiano Dom Henrique", de Lins, hoje Escola de 2º Grau do Colégio "Salesiano Dom Henrique."

CESG, em 29 de outubro de 1980.

a) Cons. Pe. LIONEL CORBEIL
Relator

III - DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO SEGUNDO GRAU adota como seu Parecer o Voto do Relator.

Presentes os nobres Conselheiros: Pe. Antônio Ferreira da Rosa Aquino, Bakij Amin Aur, Emanuel Soares da Veiga Garcia, José Augusto Dias, Pe. Lionel, Corbeil, Maria Aparecida Tamaso Garcia.

Sala das Sessões, em 29 de outubro de 1980.

a) Cons. JOSÉ AUGUSTO DIAS
Presidente

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Segundo Grau, nos termos do voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale.", 29 de outubro de 1980.

a) Consa. MARIA DE LOURDES MARIOTTO HAIDAR
Presidente.